

A representatividade cultural do Estado do Amazonas em diferentes realidades

Basílio José Tenório de Souza¹
Instituto Geográfico e Histórico de Parintins

Odenei de Souza Ribeiro²
Universidade Federal do Amazonas

Elenise Faria Scherer³
Universidade Federal do Amazonas

Resumo

Objetivamos, no presente artigo, investigar a representatividade cultural do Estado do Amazonas em realidades diversas. Tomamos como proposta de discussão Márcio Souza (1977), mais precisamente sua crítica retratada na obra *A Expressão Amazonense*. Embasamos-nos em autores sobre a conquista da Amazônia e retornamos ao tempo em que se construíram os alicerces da representatividade cultural em pauta. Buscou-se contemplar as diversas realidades vividas pela representatividade cultural ora estudada, no sentido de como começou, de como se encontrava e de como ora se encontra.

Palavras-chaves: Representatividade cultural, sincretismo cultural, artes, Expressão amazonense, Amazônia.

Abstract

We aim in this article investigate the cultural representation of the state of Amazonas in different realities. We take as a proposal for discussion Márcio Souza (1977), more precisely his critical work *The Amazonian pictured in Expression*. In embasamos in the conquest of the authors on Amazon and return to the time when it was built the foundations of cultural representation on the agenda. We attempted to cover the different realities experienced their cultural representation herein studied, to how it started, how they met and how it is now.

Keywords: Cultural representativeness, cultural sincretismo, arts, expression amazonense, Amazonian.

¹ Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam); graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado do Amazonas (2011). Tem experiência na área de História, com ênfase em Cultura Brasileira. Membro fundador e efetivo da Academia Parintinense de Letras (APL). Membro fundador, efetivo e ex-presidente do Instituto Geográfico e Histórico de Parintins (IGHP). Membro fundador e efetivo do Instituto Memorial Parintins (IMPIN).

² Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia (2012), Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1999), Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (1993). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Teoria Sociológica, atuando principalmente nos seguintes temas: Sociologia Clássica, Pensamento Social Brasileiro, Sociologia da Cultura e dos Intelectuais.

³ Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1988); Doutorado - bolsa sanduiche - em Política Social - Universidad Autonoma de Barcelona (1995) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997). Pós-doutorado pelo Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine - Université Paris III - Sorbonne Nouvelle (2008). Atualmente, Professora Associada IV da Universidade Federal do Amazonas. Estudos e pesquisas estão concentrados na análise das Políticas Sociais, Mundo do Trabalho, desemprego, cidadania e exclusão. Atualmente, dedicado ao estudo das políticas públicas, trabalho e sustentabilidade na Amazônia.

Introdução

Impõe-se que iniciemos o presente trabalho contemplando estudiosos da construção do Estado e do perfil do elemento humano que viria ser o povo brasileiro e, sobretudo, o povo amazônida. Nesse caso, estudiosos da cultura brasileira no viés de um processo de civilização centrado no sincretismo cultural sob a égide da igreja católica, no apogeu do Renascimento.

Ao focar o processo de civilização dizemos dos grupos religiosos credenciados pela igreja católica e pela coroa portuguesa para atuar nas possessões portuguesas em além-mar, neste caso, no Brasil-Colônia e no Grão-Pará. Significa dizer que os projetos de colonização nas referidas colônias centravam-se na exploração do potencial extrativista e na expansão do cristianismo. A coroa portuguesa buscando riqueza; a igreja católica transformando gentios em cristãos ou construindo novos fieis em além-mar.

Se a representatividade cultural em questão procede, sobretudo, do trabalho dos citados grupos religiosos engajados no processo de civilização dos gentios no Grão-Pará e logo no espaço político e geográfico que seria a Amazônia, há que se atentar para a forma de como foram feitos os alicerces dessa construção. Ou seja, foram desconstruídas culturas gentílicas para, em lugar delas, serem erigidas culturas sincretizadas (HOORNAERT, 1999, p. 56).

A política da unificação cultural pela religião tem uma vantagem dupla: de um lado produz um discurso discriminatório diante das correntes colonialistas de outras nações europeias que são taxadas de hereges, como no caso dos ingleses, holandeses e mesmo franceses. Do outro lado, essa política permite dismantelar organizações indígenas que pudessem subsistir sob as lideranças dos seus próprios chefes indígenas.

Sobre os discursos discriminatórios, subentende-se a opinião, particularmente, de ingleses e holandeses estabelecidos no extremo norte amazônida (REIS, 1997), os quais tinham atuação, segundo Cezar de Alencar Arnaut de Toledo *et. al.* (2007), que se dava no âmbito da Contra-Reforma.

Tratavam-se de interesses coloniais estabelecidos nas fronteiras ao norte do Grão-Pará, particularmente os vinculados ao protestantismo. Deva ter sido em função da Contra-Reforma que os citados grupos religiosos procederam ao dismantelamento de organizações indígenas na Amazônia, para que fossem implantados fundamentos da fé católica, oportunidade em que também eram edificados alicerces da representatividade cultural em questão.

Como se referendando o discurso de Hoornaert (1999), dissera Reis (1997) que a representatividade cultural do Estado do Amazonas procede do sincretismo religioso entrelaçado a interesses da colonização portuguesa. Ou seja, procede do processo de desmantelamento de culturas gentílicas e a partir da construção de outras culturas, utilizando-se enfoques pertinentes às culturas gentílicas desmanteladas.

Essas atividades se dão em razão de acontecimentos envolvendo i) a independência do Brasil-Colônia da tutela de Portugal e a conseqüente instalação do império brasileiro, ii) a incorporação do Grão-Pará à cartografia⁴ e logo ao Estado brasileiro e, por força disso, a criação da Província do Grão-Pará e Rio Negro, e iii) a criação da Província do Amazonas e, finalmente, a criação do Estado do Amazonas.

Tais eventos envolveram séculos de atividades imperialistas onde a ordem estabelecida oriunda da coroa portuguesa preconizava a conquista da Amazônia sob a égide da fé católica.

Nação formada ao entrechoque com os ‘infiéis’ do Islã, Portugal não abandonou jamais as imperativas que a cristandade lhe impunha. Membro permanente dessa mesma família que a cristandade organizara na Europa, todos os empreendimentos a que se lançou, no Velho mundo, tiveram a distingui-los no sentido espiritual, melhor dizermos, católicos (REIS, 1997, p. 11).

Esse aspecto do discurso de Reis (1997) remete a duas situações. A primeira referente à criação das Cruzadas, pelo Papa Urbano II, no século XI, para expulsar justamente os não-seguidores do plano catolicista de poder e espiritismo. Cruzadas que prevaleceram por mais de 200 anos na Europa a serviço da igreja católica e dos estados feudais. A segunda relativa à forma como os portugueses conseguiram o triunfo das suas colônias no Novo Mundo, particularmente, na Amazônia, justamente por força de atos correlatos aos das Cruzadas.

Para Freire (1963, p. 177) foi “seguinto métodos que parecem ter Portugal adquirido com os mouros”, ao que se entende quanto aos hábitos daquele povo, ainda nas terras e realidades naturais de sua procedência, que a espiritualidade na Amazônia foi decidida.

Figurando entre os motivos para o desmantelamento das culturas gentílicas estava, obviamente, o avanço do catolicismo, que além da Europa ameaçava, também, os interesses coloniais nas Américas portuguesas e espanholas. Uma vez tratando-se da conquista de terras tropicais amazônicas, Reis (1997) incida que a referida conquista “foi uma empresa dominada pelo sentido espiritual” e prossegue:

4 Dizemos de como era e como ficou o mapa do Brasil com a incorporação do Grão-Pará.

Quando, na justa contra o calvinista francês ou reformista inglês, holandês e irlandês, os homens da Velha Lusitânia sentiram os perigos a que andava exposta a colônia, dado que o concorrente estrangeiro ameaçava os internos mercantes e espirituais que os portugueses representavam, ameaçava pela insistência porque teimava em localizar-se (REIS, 1997, p. 12).

Observa-se no discurso do autor que Portugal estava preocupada com a defesa e expansão do cristianismo no viés da fé católica na Amazônia e com os próprios interesses comerciais centrados nas “drogas do sertão” (enquanto primeiro modelo econômico imputado à Amazônia e, por consequência, ao Amazonas).

Ao reportar aspectos da representatividade cultural portuguesa no bioma, retratada em legislações incidindo na criação de vilas, cidades, na própria arquitetura, na proposta de regras e de novos hábitos aos gentios, cria referência para as artes em suas variadas formas. E foi a partir desses e de outros acontecimentos envolvendo o desmantelamento da cultura gentílica que se deu a construção da representatividade cultural amazônida.

Para Sanches (1999, p. 73) a representatividade se deu no viés de um sincretismo cultural sob a égide dos padres da Companhia de Jesus. “Não há como negar-lhes a profunda influência exercida nessa construção”. Acrescente-se que evidenciamos a construção da cultura brasileira, conforme o autor em pauta, conceituando o que vem a ser cultura. “É justamente a apropriação e transformação da natureza em objetos e bens que o homem passa a utilizar e a anexar ao seu universo, criando pouco a pouco um novo mundo, totalmente artificial que chamamos cultura” (ID., *op. cit.*, p. 27).

Canedo (2009), refletindo sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos no viés da educação cultural, afirma que “definir o que é cultura não é tarefa simples”. Isso porque o conceito de cultura perpassa por interesses multidisciplinares tanto que é estudada nas variantes “das ciências humanas, econômicas, sociais, entre outras, com ênfase na sociologia, antropologia, história, comunicação, administração, economia se utilizando de enfoques e usos distintos”. Para CANEML e XAVIER (2011)⁵, o resultado desse processo é o multiculturalismo, estudado por pensadores entre os quais Hall (1999)⁶.

Subentende-se o multiculturalismo na Amazônia, que haveria de caracterizar as representatividades culturais em pauta, como resultado das iniciativas envolvendo legislações, desmantelamento de culturas gentílicas e aproveitando enfoques pertinentes para a construção

5 Artigo publicado na Revista Brasileira de Educação, vol. 16, 2011.

6 Muito embora a referência final seja em 1999, todavia, as autoras se embasaram em (HALL, 2003), conforme consta no texto do artigo que escreveram.

do sincretismos que, para Hall (2003, p. 114) “emergem, portanto, no multiculturalismo pós-colonial, ‘as questões do hibridismo e sincretismo’”.

As identidades culturais amazônicas enquanto híbridas ou sincréticas não são puras. Não porque procedem das iniciativas que, em princípio, trouxeram da cultura greco-romana enfoques culturais que tanto justificaram como caracterizaram o Renascimento. Iniciativas entendidas por Morin (2001) como comércio cultural.

Uma vez na Amazônia, dizemos dos constituintes da representatividade cultural do Estado do Amazonas que perpassam entre as artes: a literatura em suas variantes, a retórica educacional, a religiosa, a burocrática, além da própria retórica do parlamento e outros comportamentos pertinentes ao pensamento cultural amazônica.

Sobre esses enfoques, passamos a discutir conforme Souza (1977). Trata-se, este autor, de profundo interpretador da representatividade cultural em questão – entre o período colonial e o neocolonial.

Conforme Márcio Souza

Em *A Expressão Amazonense*, Márcio Souza estuda a representatividade cultural do Estado do Amazonas em diferentes realidades. O autor inicia a narrativa evidenciando o infortúnio e conseqüente suicídio do artista plástico Hanneman Bacelar motivado, ao que se entende, pela indiferença do Estado seja pela sua arte como pela arte de tantos entre os seus pares.

Percebe-se no texto com que veemência o autor critica a quem entende por responsável pela tragédia que envolveu o artista em pauta, tanto que a capa deste seu livro é uma das telas de Hanneman Bacelar. Partindo dos infortúnios que levaram ao suicídio de Bacelar, Souza avança sobre os desafetos da expressão amazonense ao longo do tempo histórico abordado em sua narrativa.

O livro é dividido em três partes. Na primeira, o autor estuda o período colonial centrado nas drogas do sertão, dando a entender que fora o primeiro modelo econômico na Amazônia. Na segunda, o período do imperialismo centrado na borracha, também dando a entender que fora o segundo modelo econômico. Na terceira parte, a transição do colonialismo para o neocolonialismo, centrado na Zona Franca de Manaus e destacando-a enquanto terceiro modelo econômico imputado à Amazônia.

Acerca da problemática da representatividade cultural indígena, Souza, no livro, contempla as ações de Henrique João Wilkens, militar e poeta português que foi pioneiro em observar a renitência do guerreiro Mura ante a política etnocida do colonizador português em

função do mercantilismo de então. O artista fardado intitulou seu canto (de denúncia ou não) de *Muhraida*. Para Márcio Souza, Wilkens foi o primeiro poeta a retratar algo representativo do Amazonas em uma época em que se atuava e logo se escrevia em contracanto aos gentios.

Depois de Henrique João Wilkens, Souza enfoca os naturalistas, entre os quais Alexandre Rodrigues Ferreira, visualizando as possibilidades de obtenção de riquezas no processo do primeiro modelo econômico para a coroa portuguesa na Amazônia. Ferreira ficou nove anos na Amazônia, tempo em que reportou episódio no qual o cacique Ajuricaba, refutando a forma de como ele próprio e seus irmãos indígenas eram tratados pelo imperialismo português, lançou-se às águas do Rio Negro, preferindo o suicídio à escravidão.

Das drogas do sertão ao apogeu da borracha, Souza reporta, além da árvore da seringueira e os benefícios da sua seiva (ou látex) entre os nativos, a visita do astrônomo francês Charles Marie de La Condamine à América do Sul, em atendimento aos interesses da coroa portuguesa. Sustenta que foi em função do relatório do cientista que empreendimentos industriais proclamaram a borracha como grande negócio.

Esse tempo histórico estudado por Márcio Souza corresponde ao pós-tempo pombalino, centrado no que pressupunham os interesses mercantilistas no entorno de D. Maria I. Perpassa, em sua narrativa, pela administração e a própria pessoa de Lobo D'Almada, enquanto preposto da referida rainha, em terras que seriam amazônidas, num discurso evidenciando a honra daquele servidor da coroa portuguesa e seus infortúnios, e avança aos dias de Alberto Rangel, autor de livro intitulado *Inferno Verde* (1908); de Raul Boop, proclamando, em 1931⁷, o mito da cobra grande na poética da Cobra Norato; de Mário de Andrade, buscando, na Amazônia, subsídios para escrever *Macunaíma*. Todos retratados enquanto contribuidores da cultura amazônica em maior ou menor grau.

Souza apresenta Tenreiro Aranha (pai) como o primeiro poeta amazonense. Nascido em Barcelos, no médio Rio Negro, em função da falta de escolas e demais oportunidades que lhe pudessem lapidar o talento para a poesia, Aranha deixa o Amazonas e se desloca para Belém, onde acabou funcionário público de carreira. Pela forma como o pensamento estadista tratava a expressão cultural amazonense, do legado de Tenreiro Aranha muito pouco se sabe ou se tem: o maior montante se perdeu. Mas há o destaque para ele, de forma direta e objetiva.

Na parte iniciada com o subtítulo *O Período do Imperialismo*, Márcio Souza contempla, entre outros literatos, Raimundo Monteiro e Silvino Santos, no âmbito da

7 Disponível no Site: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141988000300007&script=sci_arttext [Acessado em 13/03/2014].

formação cultural amazônica. O primeiro, enquanto poeta. O segundo, enquanto documentarista e contemporâneo de Ferreira de Castro.

Silvino Santos, tal como Ferreira de Castro, cidadão português, na juventude foi trabalhador em um seringal denominado Goiabal, no Médio Madeira. A experiência lhe possibilitou escrever o romance intitulado *A Selva*, publicado em 1930⁸. Raimundo Monteiro, filho de prospero seringalista no Médio Madeira, já na adolescência surpreendia manejando o parnasianismo. Diz-se dos seus primeiros versos barrados pelo mesmo problema vivido por Tenreiro Aranha.

Silvino Santos era português de nascimento, chegou a Belém do Pará em 29.11.1899, de onde deva ter seguido para o sudeste brasileiro aos 14 anos. Antes de ser cinegrafista, foi fotógrafo, como Márcio Souza e, por conta disso, tido como o primeiro documentarista no Amazonas. Silvino Santos viajava com a família Araújo documentando interesses pessoais, familiares e, sobretudo, empresariais de J.G.

Souza também se reporta ao surgimento do Clube da Madrugada, histórica confraria de artistas, poetas e escritores, fundada em uma madrugada sob o velho e frondoso mulateiro existente na Praça da Polícia, no centro histórico de Manaus. Diríamos que entre Henrique João Wilkens e o poeta Jorge Tufic muito aconteceu no universo da representatividade cultural do Estado do Amazonas.

Souza, na obra, dirige críticas ao Governo do Amazonas, relativizando a própria representatividade cultural que deveria ter sido fomentada pelo Estado. Ele destaca a vaidade de livres pensadores preocupados mais com a estética frasal nas obras do que com as realidades vividas por seus pares. Dentre os criticados, Souza destaca o poeta João Leda, ex-presidente da Academia Amazonense de Letras, protetorado do Estado do Amazonas. Reportando-se ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) pontua:

Nas noites boemias de Manaus, [...], o poeta se sente sob o olhar da *província* e descobre-se à espreita como um inseto interessante, volteando seu corpo curvado como uma interrogação, entorpecido e perverso como um escaravelho [...]: ele quer viver como um inseto bizarro, mineral e instintivo, onde a arte é como um *jogo aristocrático*, mas da aristocracia imaginária dos catálogos genealógicos que lembram a inutilidade da filatelia (SOUZA, 1977, p. 177).

A opinião de Márcio Souza sobre a filatelia – formadora do culturalismo amazônico burguês – remete a duas palavras-chaves, quais sejam: província e jogo aristocrático. Segundo Callari (2001), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fomentador do segmento

⁸http://port.pravda.ru/sociedade/cultura/03-04-2013/34466-ferreira_castro-0/ [Acessado em 13/03/2014].

da filatelia, foi criado no tempo do Brasil Império, enquanto aspecto do patronato de Pedro II. Se o IHGB, enquanto modelo, figurava entre o patronato de D. Pedro II, logo seu estatuto era o mesmo de demais institutos, daí a provável aversão de Márcio Souza à filatelia⁹. Para ele, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), mesmo enquanto patronato do Estado do Amazonas, é um elefante branco; é inútil.

Conforme outros pensadores

No instante em que se evidencia a suposta inutilidade da filatelia no universo artístico e literário constituinte da expressão amazonense, deliberadamente ou não Márcio Souza ignora que as formas de apoio ou de amparo à referida expressão vinham sendo construídas desde o tempo do império. Nesse caso, a criação do IHGB fora uma das primeiras iniciativas consideradas relevantes. Callari (2001) sustenta que:

[...] os institutos históricos e geográficos foram pioneiros na coleta e sistematização da documentação histórica, em levantamentos geográficos e em estudos etnográficos e linguísticos. Foram responsáveis, portanto, pela produção de um saber na própria época em que a separação entre campos diversos do conhecimento estava se delineando e que a história reivindicava para si um estatuto científico, alicerçado em sólida pesquisa documental. Todo esse esforço foi canalizado para a construção da ideia de nação, buscando no passado exemplos e argumentos que apontassem o caminho glorioso destinado ao Brasil. Entretanto, esses "obreiros da história" não possuíam, obviamente, nenhuma formação específica para o historiador nos termos atuais. Eram basicamente membros da elite que ocupavam altos postos na burocracia estatal e políticos de renome. Literatos, advogados, médicos, engenheiros, militares – carreiras de praxe a serem seguidas pelos filhos da elite – eram as principais ocupações daqueles que se dedicavam com afinco aos projetos de seus institutos (p. 69).

Havia a preocupação de se fazer diferente no campo da pesquisa histórica, procedente de um rigor metodológico estabelecido em estatuto, ao que se entende elaborado com a contribuição do imperador Pedro II, uma vez que no Artigo 36 dos estatutos dos institutos entre a “Numismática, Glíptica, Gliptografia, Heráldica, [...], Vinhetas e ex-Libris” figura justamente a filatelia.

Entretanto, os colegiados de tais institutos não eram constituídos de historiadores, geógrafos e demais cientistas, mas de intelectuais voltados para outras vertentes do conhecimento, todavia, propostos em se expressar de alguma forma, sobretudo, na forma da literatura.

Nos tempos evidenciados por Márcio Souza e até mesmo em função das realidades vividas era essa a regra para iniciar, atingir a glória ou fracassar enquanto artista. Trazendo a

⁹Ciência voltada para o estudo dos selos.

questão para o Amazonas, há que citar Álvaro Maia: poeta, cronista e escritor. Indexados a ele acrescentem-se egressos da Academia Amazonense de Letras em toda sua história, bem como intelectuais constituintes do colegiado do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) também em toda sua história, incluindo artistas plásticos, entre os quais Moacir Andrade.

Considerações finais

A representatividade cultural do Estado do Amazonas não se restringe às artes plásticas e à literatura. Vai mais além e se estende a diversas formas de simbologias. Diz-se, em princípio, das manifestações festivas que Mário de Andrade (1982, p. 33) chama de “populares brinquedos ibéricos”. Justamente as simbologias procedentes do sincretismo cultural quando no entrelaçamento dos enfoques renascentistas aos enfoques gentílicos oriundos do “desmantelamento” da cultura nativa na Amazônia.

Diz-se também das manifestações festivas nordestinas e, portanto, essencialmente brasileiras, trazidas pela migração nordestina em função do ciclo da borracha. Diríamos que tais manifestações, juntas, prevaleceram de alguma forma e, quando no devido tempo, embasadas no entendimento da própria relevância enquanto representatividade cultural entre os povos que provocariam o Estado do Amazonas a ampará-las de forma legalizada.

Quanto à própria relevância há de se considerar, especificamente neste caso, duas históricas situações. Primeiro, a criação do Festival Folclórico do Amazonas, em 1957, pelo jornalista Bianor Garcia e segundo a criação do Festival Folclórico de Parintins, em 1965, pela então Prelazia de Parintins.

Tais questões podem ser tratadas em momento posterior, tendo em vista pesquisas mais bem direcionadas para a temática. Todavia, cabe destacar que a representatividade cultural amazônica é extensa e povoada por atos, memórias e valores diversos. O presente ensaio tentou objetivar parcela dessa proposta e sugeriu indicativos a serem traçados.

Referências

ANDRADE, Mário de. Danças dramáticas do Brasil. Volume 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; Brasília: INI, Fundação Nacional Pró-memória, 1982.

CANEML, Ana; XAVIER, Giseli Pereli de Moura. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas Revista Brasileira de Educação, Print version ISSN 1413-2478, vol.16 no.48 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2011.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História On-line version* ISSN 1806-9347 Rev. bras. Hist. vol.21 n° 40 São Paulo 2001

CANEDO, Daniele. “Cultura é o quê?” – reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos, V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, 2v.

GONÇALVES, Adeldo. Ferreira de Castro na Amazônia: uma vida resgatada. Disponível no site: http://port.pravda.ru/sociedade/cultura/03-04-2013/34466-ferreira_castro-0/ [Acessado em 13/03/2014].

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade, DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006.

HOORNAERT, Eduardo (Coordenador). História da Igreja na América Latina – CEHILA. Vozes, Petrópolis, 1992.

JORDÁN, Pilar García. Em el corazón de tinieblas... del Putumayo, 1890-1932. Fronteras, caucho, mano de obra indígena y misiones católicas em la nacionalizacion de la Amazônia, *Revista de Indias*, 2001, vol. LXI, núm. 223.

PAES, José Paulo. Cinco livros do Modernismo brasileiro, In, *Estud. av.* vol.2 no.3 São Paulo Sept./Dec. 1988.

MORIN, Edgar. O método. Porto Alegre: Sulina, 2001.

O Cinema na Amazônia. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* vol.6 suppl.0 Rio de Janeiro Sept. 2000. Disponível no site: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000500015 [Acessado em 13/03/2014].

O TEATRO JESUÍTICO NA EUROPA E NO BRASIL NO SÉCULO XVI. César de Alencar Arnaut de Toledo e; al. In, *Revista HISTEDBR On-line, Campinas*, n.25, p. 33–43, mar. 2007 - ISSN: 1676-2584.

REIS, Artur César Ferreira. A Conquista Espiritual da Amazônia. 2ª ed. rev. Editora da Universidade do Amazonas / Governo do Estado do Amazonas, 1997.

SANCHES, Cleber. Fundamentos da cultura brasileira. / 3ª edição, Manaus: Editora Valer, 2009.

SOUZA, Márcio. A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

Entrevistado: Romildo Campos, advogado.